

DE BOM TAMANHO

Dilma sanciona com vetos o novo Código Florestal, um texto que não agrada a todo mundo, mas garante a preservação sem minar o vigor do agronegócio brasileiro

CAROLINA RANGEL

Depois de 47 anos, o Brasil terá a partir desta semana um novo Código Florestal, o conjunto de leis que define regras para a produção agrícola e para a preservação ambiental. O texto anterior, de 1965, sofreu uma série de remendos ao longo das décadas e havia muito não cumpria seu objetivo. De um lado, defasado e desconectado da realidade atual, limitava o desenvolvimento do setor agrário no país; de outro, por ser amplamente desrespeitado, não ser-

via para impedir o desmatamento. O novo código foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff na sexta-feira, com doze vetos e mais de trinta modificações em relação ao que havia sido aprovado pelo Congresso no mês passado. Depois de muita gritaria por parte de ambientalistas

e representantes dos produtores do campo, o texto final estabelece o equilíbrio entre as medidas de proteção às florestas e a instalação de condições justas para a produção agrícola.

O principal ponto de discórdia tratava da recomposição da vegetação nativa nas margens de rios que tivessem sido desmatadas de modo irregular pelos proprietários rurais — são as chamadas APPs, ou áreas de preservação permanente. Como o texto do Congresso não definia regras claras para essa recuperação, ambientalistas lançaram-se em campanha nacional pelo “Veta tudo, Dilma”. Dilma vetou, mas não tudo. A presidente optou pela decisão sensata de fixar regras para a recomposição das margens dos rios que variam de acordo com a extensão da propriedade e a largura dos cursos de água. Antes, pequenas propriedades cortadas por riachos corriam o risco de ter toda a área tomada pela recomposição florestal, sem que sobrasse espaço para o plantio. Em Alagoas, por exemplo, a maioria das fazendas perderia até um terço de sua área cultivada para o re-

O Brasil produtivo

O país possui **851 milhões** de hectares. Desse total:*



50% (425 milhões de hectares) são área nativa



11% (96 milhões de hectares) são cidades, infraestrutura e outros

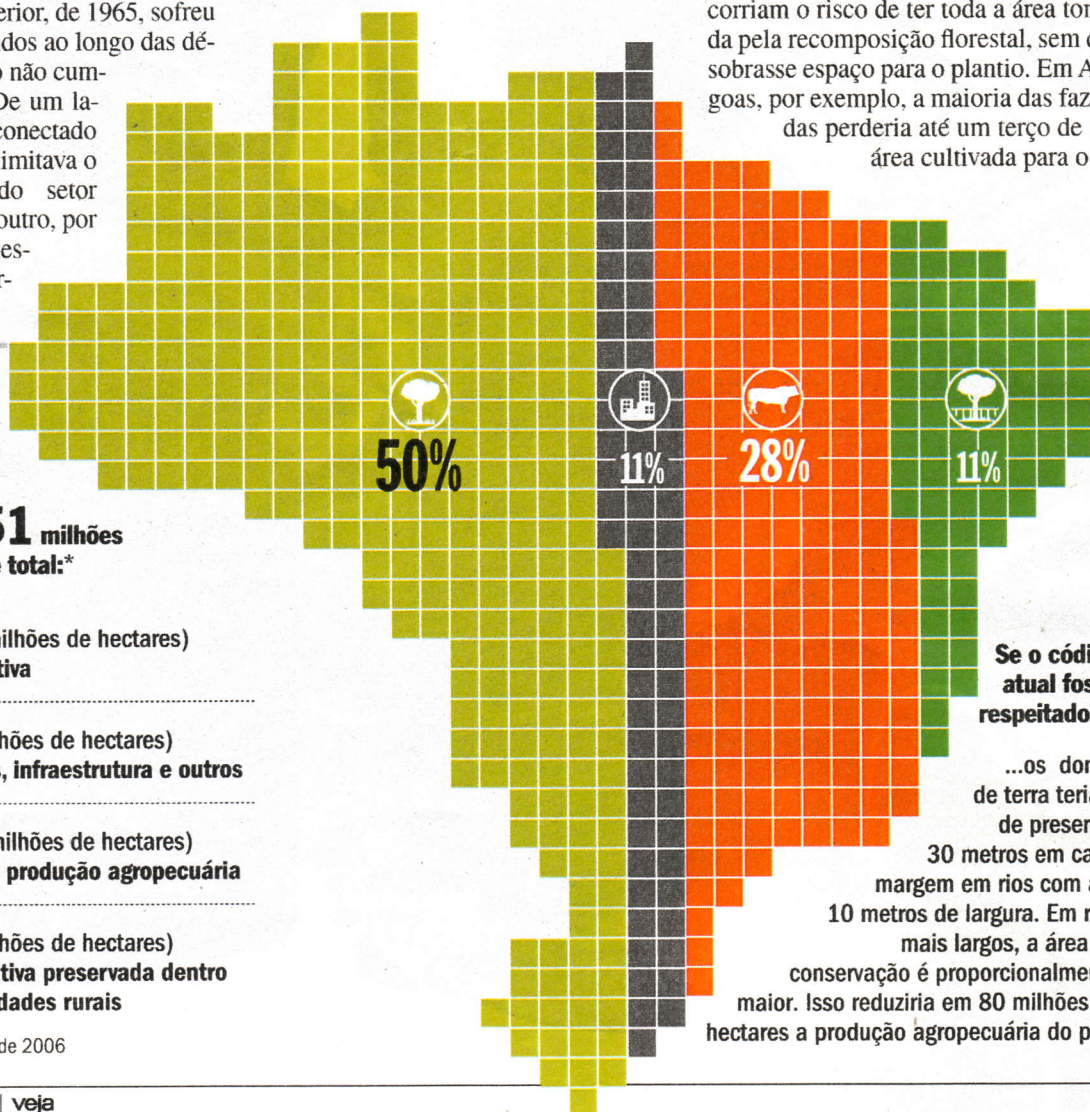


28% (236 milhões de hectares) são área de produção agropecuária



11% (94 milhões de hectares) são área nativa preservada dentro das propriedades rurais

* Os dados são do IBGE, de 2006



Se o código atual fosse respeitado,...

...os donos de terra teriam de preservar 30 metros em cada margem em rios com até 10 metros de largura. Em rios mais largos, a área de conservação é proporcionalmente maior. Isso reduziria em 80 milhões de hectares a produção agropecuária do país



ENFIM, APROVADO

Os ministros Izabella Teixeira e Mendes Ribeiro (ao fundo), ao lado de Luís Inácio Adams, advogado-geral da União, no anúncio da sanção do novo código

rios que houvessem desflorestado até meados de 2008, ano em que o governo fez a última mudança substantiva na lei. O governo já sinalizou que não haverá nenhum tipo de anistia aos infratores, mas as regras só devem ficar mais claras a partir desta semana. Para os defensores do perdão, a obrigação de recom-

por as áreas de reserva legal inviabilizaria o negócio da maioria dos pequenos proprietários. Para os críticos, a anistia reforçaria a percepção de impunidade dos desmatadores. No conjunto, o novo código é um avanço, pois não mina o vigor do agronegócio, responsável por 40% das exportações brasileiras, e incentiva as fazendas a aumentar sua produtividade sem alargar em 1 centímetro quadrado sequer sua área cultivada e sem cortar uma única árvore nativa. ■

COM REPORTAGEM DE RAFAEL FOLTRAM

florestamento. A nova regra fixou em, no máximo, 20% a porção de terreno das pequenas propriedades passível de ser reflorestada — 90% das fazendas brasileiras são consideradas pequenas. A medida provisória que define essa nova regra será enviada ao Congresso na próxima semana.

O novo código assegura que permaneçam intocáveis todas as áreas de proteção já delimitadas para as florestas do Brasil. Ao estabelecer regras razoáveis também para os produtores rurais, ele

tem grande chance de ser um fator de incentivo à preservação ambiental. A partir de agora, quem desmatar de forma ilegal estará mais exposto do que antes — e se arriscará a receber duras punições.

Permanece ainda sem solução definitiva a questão da anistia a quem já desmatou áreas de reserva legal — o percentual da propriedade em que a vegetação nativa precisa ser mantida intacta, e que varia de 80% na Amazônia a 20% em outras regiões. O texto aprovado no Congresso anistiava pequenos proprietá-

Redução de **80 milhões** de hectares da produção, o equivalente a **180 bilhões** de dólares por ano



O impacto do Novo Código Florestal

As novas regras vão prever limites de preservação de acordo com o tamanho das terras

Pequenas propriedades

Terão de recompor de 5 a 15 metros de floresta em cada margem, com um limite de 10% a 20% do total da área. O tamanho do rio não tem influência

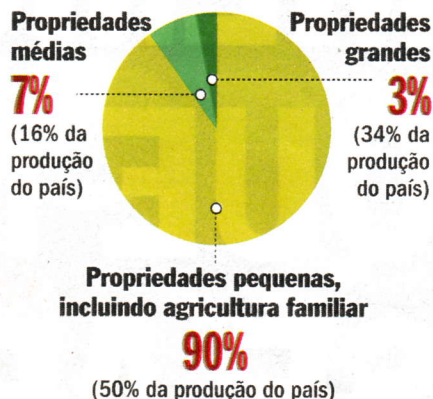
Médias e grandes

Serão obrigadas a recuperar de 20 a 100 metros de cada lado, dependendo do tamanho da propriedade e da largura do rio. Não há limite para a recomposição, que terá de ser integral

Ainda não é possível calcular o impacto dessas novas regras na produção, mas ela será menos afetada do que se as normas anteriores fossem respeitadas

Os pequenos produzem mais

Os 330 milhões de hectares das fazendas do Brasil estão distribuídos em:



Fontes: IBGE, Ministério do Meio Ambiente, Ipea, CNA, consultor ambiental Tasso Azevedo e professor Ricardo Rodrigues (Esalq-USP)